

Os limites social e culturalmente aceitáveis sobre a exposição do corpo e
sexualidade feminina no Brasil do século XXI

NATÁLIA CRISTINE COSTA*

RESUMO: A partir da Segunda Onda do Feminismo no Brasil se intensifica os debates e as lutas sobre o direito sobre o próprio corpo. Especificamente surge uma disputa entre o que é permitido ao e sobre o corpo feminino e a luta para quebrar com esse padrão estipulado social e culturalmente nas relações entre homem-mulher e mulher-sociedade. Esse padrão estabelecido, muito antes da noção de feminismo no Brasil, determina os “limites aceitáveis” quanto ao modo de *ser-estar* das mulheres na sociedade, seja no cotidiano, em “ocasiões especiais” e principalmente seu comportamento sexual perante os homens. No final do século XX e principalmente no século XXI essas noções comportamentais e principalmente os limites entre aceitável e repudiável se modificam, as mulheres vão aos poucos conquistando liberdades quanto ao uso e exposição do seu corpo e a sua sexualidade. Desvincular o erotismo da mulher de *topless* na praia e ao mesmo tempo, lutar para que não haja um julgo moral/social que desqualifica a mulher que gosta de se vestir de determinada maneira, que frequenta determinados espaços ou que age de forma “não-convencional com o papel que lhe é designado”, são algumas das questões que surgem nesse embate e que também são discutidas a partir do comportamento de mulheres no âmbito público, principalmente daquelas que trabalham na área de entretenimento, como cantoras, atrizes e modelos. Este artigo busca não só compreender quais são esses “limites aceitáveis”, mas questioná-los e entender como/por que está acontecendo essa mudança.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, Mulher(es), Corpo, Sexualidade, Comportamento.

* Mestranda em História Cultural na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista CAPES.

Introdução

Este trabalho procura entender como foi social e culturalmente construído o domínio sobre o corpo das mulheres brasileiras no século XXI. Pautado em relações de poder oriundas de um discurso antigo, rearranjado com o poder institucional do Estado e do controle médico-legal dos corpos, perdendo (aos poucos) espaço para as pautas de lutas e protestos dos movimentos feministas, os “limites aceitáveis” da exposição do corpo e sexualidade feminina na sociedade brasileira transformam-se levantando novas questões também acerca do que é “permitido” e porquê. Questionar esses limites impostos, entendendo a opressão dos corpos das mulheres, a visibilidade nos espaços públicos e a ideia de consumo da imagem e do próprio corpo, são o foco deste trabalho.

O século XX trouxe à tona inúmeros conflitos ideológicos, étnicos-raciais, guerras de proporções catastróficas para a humanidade e viu surgir também movimentos de contestação. Questionou-se o Estado, a Razão e principalmente as relações de poder. No meio do turbilhão de acontecimentos desse breve século XX (HOBBSAWM, 1995), o movimento feminista de Segunda Onda no Brasil ressurgiu com força a partir da década de 1970 em meio às lutas políticas instauradas pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Esse movimento feminista segundo Joana Maria Pedro (2006, p. 269) “chamado de ‘Segunda Onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado”. Atualmente, trata-se do feminismo e do movimento feminista de forma plural - não existindo um modelo ou padrão único - entendendo as diversas experiências das mulheres, tanto culturais, étnicas e de sexualidade quanto no entendimento das formas e ferramentas de opressão e repressão, porém o intuito deste trabalho é entender como foram construídas as noções de permissão sobre o corpo e a sexualidade da mulher brasileira, principalmente na questão da exposição desse corpo.

Antes mesmo de conseguirem direito ao voto e de serem votadas, as mulheres brasileiras já vinham questionando as outras formas de opressão e repressão a que eram submetidas, não somente a não-participação política, mas principalmente tratando-se de seu corpo e de sua sexualidade. Em uma clara subversão aos papéis que eram esperados dessas mulheres, uma das palavras de ordem entoadas na década de 1970 era “o privado

é político”, quebrando com um padrão estabelecido sobre os lugares das mulheres, fundamentalmente designadas para ocuparem os espaços privados da casa, e não os espaços públicos, as mulheres eram até então invisíveis na sociedade. Perrot (2008: 17) assim explica

“Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. [...]. Sua fala em público é indecente. ”

Vamos falar de poder e de sexo

Se a fala é indecente, imagina essas mulheres de corpo, carne, sangue e sexo, presentes nos espaços públicos também considerados políticos? Entrando nos cafés e salões socialmente construídos enquanto espaços “masculinos”? Tendo sido há muito confinadas ao espaço privado da casa, negligenciadas em diversas estâncias, as feministas do então chamado movimento de Segunda Onda no Brasil, buscaram quebrar com as barreiras de diferenciação social, participação política e vivência do próprio corpo e sexualidade, questionando as relações de poder que as excluiu de seus corpos e fez estes pertencentes a outrem, e o “poder” que as subjugou.

Esse poder, entidade não-material, descrito por Bourdieu (1989) enquanto poder simbólico - invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem -, e usado como dispositivo tal qual Agamben (2005) o sugere, entendido enquanto conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, possuindo sempre função estratégica concreta e inscrita sempre numa relação de poder e resultante do cruzamento de relações de poder e relações de saber, tem subjugado as mulheres a determinados papéis na sociedade, permeando as relações homem-mulher, e que possui um discurso efetivo referenciado na Bíblia:

“Deus fizera o homem e a mulher diferentes na essência, quando, à sua imagem e semelhança, nasceu Adão e, da sua costela, Eva. Para Adão, Deus teria dito: ‘tu tirarás dela (da terra) o sustento com muitas fadigas todos os

dias da tua vida...’ E à mulher: ‘em dor parirás teus filhos, e estarás sob o poder do teu marido, e ele te dominará’” (GÊNESIS, 3:16 apud RAMOS, 2001: 42)

O poder não só simbólico, mas efetivo exercido pelas esferas Estado e Igreja determinaram o modo de ser-estar das mulheres na sociedade, e o seu papel foi sendo pautado na maternidade, onde “tornou-se, então, o campo discursivo, em que o corpo, a alma e a personalidade da mulher se viram constrangidos numa armadura do papel de gênero prescrito para sua estrutura biológica” (RAMOS, 2001:42). Status, (in)visibilidade, corpo e sexualidade das mulheres brasileiras antes diligenciados enquanto questões privadas, tornam-se públicos ao serem questionados e enquanto limites a serem transpostos.

Não sendo coincidência a década de 1970 viu surgir simultaneamente aos questionamentos do movimento feminista, um movimento que buscava quebrar com as barreiras das experiências sexuais de mulheres e homens, questionando as relações e os comportamentos sexuais, cujas práticas vigentes em relação à prazer, orgasmo e masturbação passaram a ser consideradas antiquadas, identificando-se assim com uma “revolução sexual” ou “liberação sexual”. Mesmo com a importância dessa liberação sexual para as mulheres Roselane Neckel (2011: 70) anuncia

“Para as mulheres, a ‘modernização’ de seus comportamentos sexuais era uma proposta fundamental. Ao lado da liberação sexual, que impunha novas formas de sedução, as revistas definiam o que era considerado ‘pra frente’ (atualizado) e o que estava ultrapassado, demonstrando formas de poder que buscavam transformar o comportamento dos indivíduos por meio de investimentos, não mais na forma de controle e repressão, mas de controle-estimulação. ”

Nesse contexto de controle-estimulação emergem no Brasil inúmeras publicações tanto de caráter jornalístico quanto de caráter médico-legal, pois institui-se uma “política do sexo”, firmando a necessidade de sua regulação por meio de discursos úteis, e não pelo rigor da proibição (FOUCAULT, 2003 apud NECKEL, 2011), pois “não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio

corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 1989: 81), dessa forma criou-se uma esfera de poder de regulação social, que foi criando os limites aceitáveis da sexualidade feminina, que por um lado permitia à mulher “entregar-se” antes do casamento possibilitando uma experiência sexual pelo prazer, mas que ainda a fazia questionar sobre as antigas representações do modo de ser-estar da mulher na sociedade. Investiu-se no autocontrole do corpo, num código de etiqueta (principalmente referente ao modo de vestir), mas que também permitia certo grau de liberdade, nada de novidade já que segundo Norbert Elias (1994) esse padrão de comportamento era esperado desde (no mínimo) o século XIX.

A busca por seus direitos enquanto indivíduos pensantes e atuantes na sociedade, por quebrar com os sistemas de opressão e repressão, para ressignificar sua agência sobre seu próprio corpo e sexo, todas essas lutas são sobre a conquista de liberdade. Esse ideal ao mesmo tempo simples e complexo, possui várias significações e para diferentes mulheres, diferentes conquistas, mas de modo geral a liberdade é a aspiração máxima.

Afinal, após um longo silêncio, as mulheres ganharam as ruas. Nas duas décadas de atividade radical que se seguiram ao renascimento do feminismo no início dos anos 70, as mulheres ocidentais conquistaram direitos legais e de controle de reprodução, alcançaram a educação superior, entraram para o mundo dos negócios e das profissões liberais e derrubaram crenças antigas e respeitadas quanto ao seu papel social. Uma geração depois, será que as mulheres se sentem livres? (WOLF, 1992:11).

Muda-se o século, mudam-se as formas

Essa pergunta na citação acima é mais difícil de responder do que parece. O século XX ainda não havia acabado, bem como a luta pelo direito sobre o próprio corpo, e as mulheres mesmo tendo conseguido alguns avanços em relação às pautas de protesto da década de 1970, não sabem dizer se são livres. E provavelmente não o eram, e nem o são ainda, realmente livres, da opressão do patriarcado e da vigilância constante sobre seus corpos.

O corpo, principal tema dessa luta parece ser o foco do desacordo, “até mesmo o corpo das mulheres amedronta. É preferível que esteja coberto de véus” (PERROT, 2008: 17), esse medo do corpo e da sexualidade sujeita a mulher a um papel onde se acreditava que “inferior, a mulher o é, de início por causa de seu sexo, de sua genitália” (Idem, 2008:

63), e a vontade de saber sobre prazer, sobre sexo, hipersexualiza e marginaliza o corpo da mulher. E aqui se entende que as mulheres de modo geral, sofreram essa investidura sobre seus corpos, porém o julgo moral e social repreenda principalmente a mulher que já no século XX e mais ainda no século XXI, saiu da exclusividade do âmbito da casa e ganha as ruas, ganha visibilidade no campo público, no trabalho, na Universidade, na política.

Juntamente com uma mudança nas relações sociais, política, jurista, médica e a “exposição” das mulheres, o século XXI traz uma nova percepção sobre o corpo, um olhar de certa forma mais brando quando se trata do exercício do poder sobre esse corpo, não só individual, mas social também, e que ressignifica a experiência das mulheres, sua sexualidade e principalmente as fazem defrontar com uma outra forma de coerção: a imagem. A imagem do corpo, refletida não só no espelho, mas nas revistas, jornais, e com a explosão da internet no início do século XXI, nas redes e mídias sociais. A sociedade brasileira que outrora somente visualizava utopicamente o corpo e o comportamento ideal, agora possui em diversos formatos a imagem literal desse corpo. Novaes (2011:477) explica o peso dessa nova forma de dominação do corpo “em uma sociedade imagética, em que o sujeito é definido por sua aparência, não há como desconsiderar o sofrimento psíquico decorrente de todas as regulações sociais que incidem sobre o corpo – sobretudo o feminino”.

A superexploração, supervalorização e até mesmo a banalização do corpo das mulheres, usado pela mídia na forma de fotografias e vídeos, principalmente enquanto propagandas, vinculando um ideal, uma mulher-objeto, inatingível para muitas mulheres, determina padrões de beleza quando não utópicos, injustos, e delimitam as diversidades das mulheres brasileiras. Além de criar tensões, potencializa um ambiente desigual social-cultural na relação mulher-sociedade, e ainda questiona a noção de identidade/identificação dessas mulheres com seus próprios corpos.

O ser-estar mulher no século XXI muda drasticamente do que era enraizado na sociedade brasileira desde pelo menos o século XIX. Esse ser passa a ser entendido não só como subjetivo, no sentido exposto por Neckel (2011: 69) “como uma produção essencialmente social, assumida e vivida por indivíduos em suas experiências particulares”, mas também multifacetado, assumindo inúmeros papéis além daqueles já

anteriormente questionados, mas papéis novos de experiências sociais e culturais modificadas.

Essas novas formas de exposição e apresentação do corpo, ligados à mídia, tornaram os “limites aceitáveis” no século XXI perpassados por uma ideia de consumo, não só do corpo ideal, mas também das diversas formas e imposições das indústrias farmacêuticas e de cosméticos/estética. Essas imposições modificam também as experiências das mulheres com seus próprios corpos. O corpo das mulheres diretamente ligadas à mídia é ainda mais visado, as atrizes, cantoras, modelos são o “exemplo” de beleza e notoriamente o olhar sobre elas é mais enfático, porém seu comportamento sexual também é alvo de olhares, estabelecendo até que ponto (limite) é aceitável sua exposição e insinuação. No caso da indústria do entretenimento essa linha, enquanto “o fazer do trabalho”, fica cada vez mais disforme, “o processo de mercadorização da imagem do corpo da mulher vem se tornando cada vez mais evidente, ao passo que, a mídia o expõe cada vez mais descoberto para atingir seus objetivos capitalistas” (ANTUNES, 2002: 132). Assim, o corpo da mulher não a pertence, pois é usado por outros e para outros. Seu corpo passa a ser alvo de outros olhares, de outras restrições, ao ser usado como ideal, esse corpo deve ser mantido de certa forma, aparelhado e remodelado segundo um padrão de consumo, e não enquanto uma vontade única da mulher.

É possível verificar que, a nudez, a sensualidade, o corpo exposto, ficam aceitáveis enquanto formas artísticas, porém esse mesmo corpo nu “fora dos palcos” ou “fora das revistas” é tachado e julgado. Por exemplo, o *topless* na praia pode ser entendido até como atentado ao pudor, cuja penalidade varia, circunstanciado pela lei como crime, enquanto possivelmente um nu frontal numa revista, aparentemente não causa o mesmo furor moral na sociedade. Outro exemplo dessa variação aceitável da sociedade brasileira são os típicos comerciais de cerveja propagandeados no Brasil. Típicos, porque o diferente, o “novo” é quando não há a exposição do corpo de alguma mulher. Vincular a imagem do corpo exposto – a maioria traz mulheres de biquíni nas propagandas – a um produto cuja ideia é satisfação e prazer, reestabelece a premissa de domínio do corpo feminino para o uso, consumo e prazeres masculinos. Essa imagem/propaganda reforça com a

objetificação e abjeção das mulheres, cuja representação enquanto consumidoras do mesmo produto é muitas vezes ignorada e negligenciada.

Considerações Finais



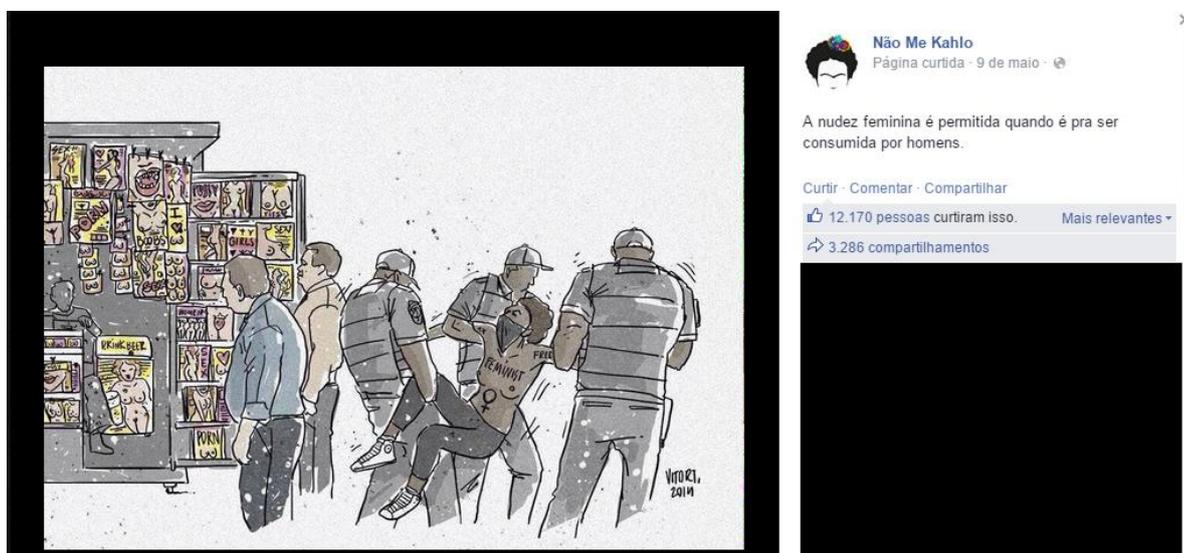
Fonte: página do *Facebook* – Não me Kahlo. Disponível on line: <https://www.facebook.com/NaoKahlo/photos/a.382671338573205.1073741828.313545132152493/447196518787353/?type=1&theater> Último acesso em 08/06/2015.

A imagem acima busca questionar exatamente essa noção ambígua sobre a exposição do corpo feminino. O corpo das mulheres é vigiado, despido é erotizado, e esse erotismo é para ser consumido por homens, e somente assim é permitida. Quando esse mesmo corpo é usado como forma de protesto fazendo jus ao enunciado ainda na década de 1970 que “o privado é político” - como fazem, por exemplo, algumas militantes durante as Marchas das Vadias que ocorrem no Brasil afora e em outros países também -, esse corpo que não está ali para consumo de ninguém, que está ali como ferramenta de expressão, usado como ferramenta política, é proibido, encarcerado, encoberto.

Ainda há de se entender que além da repressão e opressão que as mulheres sofrem ao expor seus corpos, essas experiências não são compartilhadas das mesmas formas por todas. Seria muito simples dizer que todas as mulheres brasileiras partilham das mesmas experiências e vivências quanto ao seu corpo e sexualidade na sociedade, porém os lugares de fala, os espaços de convivência são diferentes, e muitos ainda podem ser diferenciados por outras questões, como a questão étnica, da cor da pele e a social. É inegável que além dessa violência sofrida pelas mulheres, do consumo dos seus corpos,

há ainda um caráter social e culturalmente construído acerca do corpo da mulher negra. Esse corpo é ainda mais vislumbrado, explorado e sexualizado, o corpo das mulheres negras carrega ainda mais estigmas, mais “limites aceitáveis”. Assim como não há uma/única mulher brasileira, não pode existir uma/única luta, é necessário juntar forças para combater essa supervalorização e exploração do corpo feminino, sem subestimar as diferentes significações da opressão e compreender as diversas experiências das mulheres com seu corpo/sexualidade e com a sociedade.

A imagem questiona os lugares das mulheres, que mesmo ocupando os espaços públicos, perdem ainda a agência de seus corpos no âmbito político para as diversas formas do poder instituído, que não as dão visibilidade enquanto indivíduos. Apesar dos avanços em relação às lutas feministas pelo direito sobre o próprio corpo, o poder exercido pelas instâncias do Estado (principalmente) e da sociedade civil ainda subjuga o corpo das mulheres de forma que este ainda não lhe pertence por completo. Naomi Wolf (1992) pergunta se as mulheres são livres. Certamente a resposta é: não, ainda não. Não do jeito que deveria ser. Essa liberdade deve ser sem restrições, sem limites.



Fonte: página do Facebook – Não me Kahlo. Disponível on line: <https://www.facebook.com/NaoKahlo/photos/a.382671338573205.1073741828.313545132152493/447196518787353/?type=1&theater> Último acesso em 10/07/2015.

A imagem acima é um recorte da primeira. Nesse recorte o que se destacam são a quantidade de “curtidas”, ou seja, a quantidade de usuários que gostaram dessa postagem,

e a quantidade de compartilhamentos, ou seja, a quantidade de usuários que compartilharam essa mesma imagem em suas páginas pessoais.

Mesmo compreendendo que o aplicativo de mídia social, *Facebook*, possui milhões de usuários, e que até mesmo a página na qual foi publicada – Não me Kahlo – possui quase 150 mil seguidores, apenas, 12.170 desses seguidores curtiram a publicação, e ainda, apenas 3.286 compartilharam. Considerando que o conteúdo da imagem bem como a frase que daria título, possuem um caráter questionador e que buscam quebrar com o *status quo* dado ao corpo das mulheres na sociedade brasileira, essa quantidade de acessos, compartilhamentos e curtidas é bem significativo. É possível compreender que de certa forma, esses usuários concordaram com esses questionamentos. Que de certa forma, concordam que esse uso midiático do corpo é usado para o consumo dos homens, e não para o estabelecimento desse corpo enquanto político.

Ao compartilhar em sua página pessoal essa postagem, o usuário está reivindicando essa problematização, questionando porquê a sociedade se estabeleceu dessa forma, onde os lugares de mulheres e homens não são os mesmos, onde os corpos não são vistos das mesmas formas e onde há um poder que não só define, mas se utiliza de todas as ferramentas possíveis para manter assim.

Nesse sentido o uso da internet, das redes e mídias sociais, possibilita uma rede de comunicação imensurável e permite a formação de redes de sociabilidades onde são discutidas, teorizadas e até mesmo organizadas diversas formas de insurgência contra esse domínio sobre os corpos, contra esses “limites aceitáveis”, que passam a ser questionados tanto por não serem mais aceitáveis quanto por não serem mais limites.

A sociedade brasileira entra em conflito com suas próprias premissas de moral e respeito, quando se trata do corpo das mulheres. O ideal de mulher construído com base nos preceitos da Igreja e reforçado por conhecimentos médico-legais vem sendo aos poucos desconstruído e ressignificado no passo das lutas e dos protestos dos movimentos feministas. A ideia de poder sobre o corpo, de ditar o comportamento, o modo de ser-estar das mulheres, vem sendo repensado. Isto ocorre pelas conquistas de espaço no âmbito público e político, nestes, as mulheres passaram a ter mais agência, não atingindo ainda a relevância aguardada pelos movimentos feministas, porém ocupando sim esses espaços. Sair da invisibilidade, tomar a frente da luta sobre suas ações, corpos e ser-estar

na sociedade, conquistar a liberdade no seu mais amplo conceito, rompeu algumas premissas quanto a idealização da mulher brasileira. E no século XXI com as diferentes ferramentas de protesto, com as redes de conhecimento e os espaços conquistados, as mulheres brasileiras estão conseguindo redimensionar suas lutas e questionar cada vez mais as opressões e repressões sofridas.

A luta feminista atual vai contra os âmbitos cultural, social e político que ainda constituem as noções, expectativas e representações das mulheres, seja sobre seus corpos, sua sexualidade, e principalmente do estigma construído sobre estes. O direito sobre os próprios corpos será ainda pauta principal dos movimentos feministas até que seja possível ser(mos) realmente livre desses limites.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Revista Outra Travessia. Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.

ANTUNES, Priscilla de Cesaro. As imagens do corpo feminino refletidas nos espelhos das mídias. Revista Motrivivência. Florianópolis, ano XIII, n. 18, p. 131-142, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Editora Bertrand Brasil. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro, 1989.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador Volume I – uma história dos costumes. Tradução Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., v.1, 2.ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 - 1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NECKEL, Roselane. A subjetividade sexual e as revistas femininas e masculinas na década de 1970. IN: PEDRO, Joana Maria; ISAIS, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. (Orgs.) **Relações de poder e Subjetividades**. Ponta Grossa, Todapalavra, p.79-83, 2011.

NOVAES, Joana de Vilhena. *Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social*. IN: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, p. 477-506, 2011.

PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272, 2006.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 1.ed., 2008.

RAMOS, Maria Bernadete. *O mito de Adão e Eva revisitado: acerca do masculino e do feminino na cultura da nação*. *Revista Esboços*. Florianópolis, v. 9, n. 9, p. 41-67, 2001.

WOLF, Naomi. *O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Tradução de Waldéa Barcellos. Editor Rocco, Rio de Janeiro, 1992.